

ACTA N.º 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 1 de Setembro de 2009

No dia um do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Junho de 2009.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Aproveitamento Hidroeléctrico de Outeiro na área da freguesia de Fiães do Rio / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroeléctrica do Centro, Lda.

4.3 – Aproveitamento Hidroeléctrico de Arieiro, na área da freguesia de Covêlo do Gerês / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroeléctrica do Centro, Lda.

4.4 – Parque Eólico de Lomba do Vale, Lomba do Vale, Salto / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Eólica dos Candeeiros – Parque Eólico, Lda.

4.5 – Aproveitamento Hidroeléctrico de Assureira, na área da freguesia de Vilar de Perdizes / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroeléctrica do Centro, Lda.

4.6 - Revisão aos Documentos Previsionais / 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa/ 2ª Revisão ao Plano Actividades Municipais / 2ª Revisão ao Plano Plurianual Investimentos.

4.7 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2009, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2010.

4.8 – Proposta de fixação, para o ano de 2010, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

4.9 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sites no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2010.

4.10 - Proposta de Alteração de Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, para efeitos do disposto no artigo 5º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

5 – Período após a ordem do dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e quatro membros.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Nuno Justo, João Duarte, António dos Santos, Duarte Calhela, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, José Ferrage, Armando Duarte, Ricardo Moura, António Vaz e Alberto Ferreira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados João Surreira, António Dias e João e Silva.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Junho de 2009.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e sete de Junho de 2009 foi posta à consideração, tendo os deputados Francisco Surreira e Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Francisco Surreira disse que na página 9 da sua intervenção diz que “o deputado Francisco Surreira em relação à sanidade animal disse que as Associações Locais já fazem sanidade animal. Chaves aceitou a OPP, elabora um calendário e nesses dias deslocam-se a Montalegre. Neste momento não existe nenhum animal no concelho que não esteja saneado”. Pede que seja

rectificada esta intervenção pois naquele dia falavam de um animal negociado que não estava saneado e isso traduz que a sanidade não está feita. Disse que o saneamento dos animais da AATBAT, esse sim, está todo feito.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a acta não transcreve o que as pessoas efectivamente dizem. Na página 4 onde diz "que tomou conhecimento através de meios de comunicação social que foram tirados muitos kilos de lixo da albufeira do Alto Rabagão" não foi isso que ele disse. Ele disse que foram retiradas muitas toneladas de peixe e não lixo.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à mesa: Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal, vem respeitosamente solicitar a V. Exa se digne mandar rectificar o seguinte: retirar da acta da 3ª sessão ordinária de 27 de Junho de 2009 a minha falta de presença, pois estive presente, respondi à chamada, intervim no período antes da ordem do dia e entreguei na mesa o impresso para pagamento da senha de presença. Entrei no salão nobre pelas nove horas, tendo-me ausentado desse mesmo salão pelas 11h30 para concluir um trabalho respeitante ao meu grupo municipal, quando o Sr. Presidente da Câmara se preparava para prestar a informação/relatório de actividades do Município, já que não tinha condições para o efectuar nestas "cadeiras de pau", onde nem tenho onde colocar o computador. Regressei pelas 14h00, como habitualmente se procede, a fim de retomar a sessão, mas qual não foi o meu espanto só encontrei o Dr. Nuno Vaz que me deu conhecimento que a sessão tinha terminado da parte de manhã (alguém sabe quando termina a sessão?). Limitei-me a deixar na mesa o impresso com direito à senha.

Esta sessão será certamente a última dos quatro anos do mandato que termina este ano e é com certa mágoa que me dirijo a V. Exa num tom respeitável mas acusatório, como responsável máximo desta assembleia é a segunda vez que, valendo-se de um artiguelho do regimento desta assembleia e atendendo à diminuta gravidade da infracção (ausência – fora de hora) e exclusividade pessoal, procura uma vítima na oposição, extorquindo-lhe a merecida senha. Montalegre, 1 de Setembro de 2009. Assinado, Acácio Gonçalves."

Posta a votação a acta foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conta do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Manuel Duarte, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura, Francisco Surreira, Jorge Fernandes e Paulo Cruz.

A deputada Guilhermina Costa dirigiu-se aos membros da Mesa e do executivo dizendo que, sendo eles homens do 25 de Abril, que viveram a ditadura e que defendem certos princípios democráticos quando comemoram o 25 de Abril, na vida política, não os praticam pois, ao longo das sessões, assiste-se a comportamentos que mais se coadunam com uma ditadura. Porque sonegam informação que é pedida nesta assembleia municipal mais uma vez pede que lhe seja fornecido o relatório de actividade da COAGRIMONTE respeitante às actividades de formação e promoção dos produtos em cumprimento do protocolo executado entre a Câmara e que justifiquem a atribuição da verba de 200 mil euros anuais. Nos termos do art.º 14 da lei nº46/2007 de 4 de Agosto, espera obter a informação requerida no prazo de 10 dias. Findo este prazo será participada à CADA e conseqüentemente será este órgão judicialmente intimado para fornecer esta informação.

Falou sobre a classificação das albufeiras e nomeadamente da albufeira do Alto Rabagão que foi considerada como protegida. Segundo o novo Decreto Lei, não se pode tomar banho, não se pode pescar, o gado não pode ir beber, etc e isto pela inactividade deste executivo porque ao longo dos anos tem sido pedido um plano de ordenamento das albufeiras e ainda não foi feito.

Disse ainda que uma pessoa que tenha a ousadia de se meter na água da albufeira sujeita-se a apanhar uma coima de 500 Euros. Espera que as autoridades judiciais tenham o bom senso de tapar os olhos a isto e não agir porque esta medida é um absurdo. É necessário que se estabeleçam regras mas que estas se coadunem com as necessidades das populações locais. Falou do comportamento surreal do executivo camarário aquando da publicação de avisos em algumas aldeias, nomeadamente Ferral e Morgade, onde se compromete a financiar o saneamento da aldeia aos utentes, e leu o aviso onde se diz "a Câmara Municipal de Montalegre, depois de assegurar financiamento comunitário e num esforço financeiro importante, decidiu lançar a concurso a obra de remodelação do sistema de águas e rede de saneamentos. Todos os proprietários de habitações devem dirigir-se à Câmara até ao dia 30 de Agosto e fazer o pedido de ramal de saneamento. Terão que apresentar o registo de propriedade. Se não tiverem este documento poderão entregá-lo mais tarde, devendo esta situação registar inscrição matricial. Depois do pedido, serão notificados para o pagamento de um valor aproximado de 290 euros. A obra só avançará depois de pelo menos, 80% dos proprietários terem pedido e pago o ramal." Disse que não é justo que um proprietário pague ramal de um saneamento que não existe, que é condicionado ao pagamento de 80% dos utentes para que a obra avance. Seria mais justo que a Câmara Municipal de Montalegre fizesse o saneamento e só depois é que as pessoas pagariam.

O deputado Manuel Duarte falou sobre o Dec. Lei 107/2009 de 15 de Maio que classificou a Albufeira do Alto Rabagão como protegida, dizendo que esta medida poderá ter a ver com a captação das águas que, quanto a ele, foi um mau negócio. Disse que, no passado domingo, pessoas que estavam a acampar no Parque de Campismo de Penedones, estavam nas margens da albufeira e um agente da autoridade, armado com uma G3 começou a intimidá-las e a levantar alguns autos. É lamentável que isto aconteça, termos um recurso tão importante e não podermos usufruir dele, quando deveria ser ao contrário.

Lançou um apelo à Câmara para ver se haveria alguma hipótese de acelerar o plano de ordenamento da albufeira para que as populações não sejam prejudicadas.

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas deputados! Recentemente, apareceu um aviso da Câmara Municipal na freguesia de Ferral, com a data de 14 de Julho. Este edital referia que a Câmara Municipal, depois de assegurar financiamento comunitário, lançou o concurso da obra de remodelação do sistema de abastecimento de água e da rede de saneamento de Ferral/ Vila Nova/ Sidrós.

Esta é uma obra que tem andado dentro e fora de todos os planos de actividade da Câmara Municipal, dos últimos anos. É bom saber que, miraculosamente, antes destas eleições autárquicas, se conseguiu arranjar um financiamento comunitário para esta obra tão importante para as populações e que até o concurso já se decidiu lançar.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente, qual o programa comunitário em que está enquadrada a obra e qual o valor da empreitada?

O referido edital dizia também que todos os proprietários de habitações se deviam dirigir à Câmara Municipal até ao dia 30 de Agosto para fazer o pedido de ramal de saneamento, sendo notificados a pagar 290 Euros.

Visto o prazo já ter terminado, quantas pessoas é que fizeram o respectivo pedido? Foram cumpridos os 80% de pagamentos exigidos para que a obra avance? Se a obra não avançar, o que é que vai acontecer ao dinheiro dado pelas pessoas? Se o financiamento está conseguido e se já se decidiu lançar o concurso da obra, porque é que não se faz como noutras autarquias, primeiro começa-se a obra e só depois é que os proprietários fazem o pedido do ramal? Eu gostava que ficasse aqui bem vincada a importância desta obra para os habitantes destas aldeias. Os nossos lugares estão cada vez a ficar mais despovoados e as pessoas, que por lá se vão mantendo, vivem da esperança de que as coisas mudem e de que lhes criem melhores condições de vida.

O saneamento e a água potável são um direito para os habitantes de um município de um país desenvolvido, pertencente à União Europeia.

Às vezes, ao falarmos das nossas aldeias, parece que estamos a falar de aldeias de países do terceiro mundo.

Só lhe faço mais uma pergunta, que quero que responda com toda a honestidade: esta obra é para avançar já de imediato? Ou é mais uma obra, como tem acontecido em Ferral, para dizer que se faz antes das eleições e depois só se lembra dela daqui a quatro anos? Esperamos que não seja como os vários arruamentos, iniciados há quatro anos e que só agora estão a ser terminados antes das autárquicas, com dinheiro miraculoso da EHATB, que foi dado para fins sociais. Montalegre, 01 de Setembro de 2009, Assinado, o deputado do PSD, Domingos Aguiar Vasconcelos."

O deputado Acácio Gonçalves disse que ouviu as palavras que foram ditas pela deputada Guilhermina Costa e quando esta diz "Inactividade da Câmara Municipal" é muito bem dito. A resolução do Conselho de Ministros nº141/2002 foi passada para trás por esta autarquia, depois dele ter alertado para esta

situação e perguntado pela Comissão do Ordenamento e do Planeamento da Albufeira, ninguém quis saber e aqui estão as consequências. Relembrou a Assembleia Municipal, em 2001, em que o deputado, perante o agendamento da contratualização com as Águas de Trás os Montes, disse que este assunto era muito sério e que se fizesse uma votação secreta. Apresentou uma proposta onde dizia "proponho uma votação secreta desta Assembleia da integração do município na sociedade em causa, agendado como ponto único na ordem de trabalhos; que seja efectuada nominalmente por voto secreto atendendo ao seguinte: o facto da sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S A nunca vir a possuir o capital maioritário das Águas de Portugal, só por si motivo desta cautela pois tratando-se duma empresa de investimento privado, poderemos estar na futura ligação empresarial a vender implicitamente o petróleo de Trás-os-Montes. Referiu que disse isto há oito anos e isso está a acontecer agora.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, membro eleito desta Assembleia e representante do Grupo Municipal do CDS/PP, vem desta forma manifestar publicamente a sua consternação em face da publicação do Decreto- Lei 107/2008 de 15 de Maio que impõe o regime jurídico de protecção das albufeiras de águas públicas às nossas queridas barragens.

Após uma leitura superficial do texto do diploma legal verifico sem dúvidas que a nossa albufeira de Pisões vai ser classificada por portaria como albufeira de utilização protegida atendendo ao abastecimento público de água que a captação da empresa Águas de Trás-os-Montes está a efectuar e daí tudo de proibitivo e sancionatório que o diploma trás é- lhe aplicável, retirando-nos o prazer de desfrutar daquelas águas, de as contemplar molhando os pés ou mesmo de as percorrer seja qual for o tipo de barco com ou sem motor e mais tarde sabe-se lá! E porque não há semelhança da pequena barragem de Lamas Dolo vedada com arame farpado!

Tantas vezes interroguei o executivo na pessoa do senhor Presidente desde 2002 o que era feito da Comissão fantasma constituída pela Resolução do Conselho de Ministros nº141/2002 em que fazia parte um representante da Câmara Municipal de Montalegre que nunca se soube quem era ou até não seria nomeado para defender os interesses deste concelho, mas sempre nos foi dito que a comissão lá continuava como consta de várias actas desta assembleia(acta de 27 de Junho), mas eu sou franco nunca acreditei porque essa comissão tinha dezoito meses para elaborar o plano de ordenamento da Albufeira que tinha como finalidade salvaguardar os interesses municipais e também dos munícipes.

Agora o que se verifica é que a captação da água para abastecimento público dá à barragem a característica de utilização protegida e não haverá maneira fácil de contornar a lei.

A empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S A criada com fundos de coesão pelos seis municípios, quatro dos quais eram à data socialistas juntamente com a empresa Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, não mediram bem as distâncias e com a passividade de Montalegre logo pensaram assaltar à mão desarmada as barragens do Barroso, procurando

lucros, lucros e mais lucros como estavam já habituados na EHATB e nunca olhando pelo município e muito menos pelos barrosões, mas esses senhores deveriam de saber que as barragens estão no nosso território e por isso teríamos de ficar numa posição social superior e nunca em igualdade com os outros concelhos porque estes o que querem é beber a nossa água e nós quando queremos o vinho deles também o pagamos bem pago.

Junto em anexo três documentos para lembrar que nesta assembleia se defendeu mais do que lá fora porque aqui em 17/07/2001 vislumbrou-se o que está a acontecer mas a bancada socialista nem o voto secreto deixou passar e agora sofremos as consequências dos erros do passado, porque entramos na sociedade em pé de igualdade com os outros concelhos, sem qualquer vantagem em termos a captação e a ETA (estação de tratamento da água), mesmo a nível de freguesia de Viade de Baixo que nem foram ouvidos para o empreendimento.

Que mais poderá acontecer no futuro? Certamente pagar a água ao preço do vinho ou mais cara porque já está estatutariamente assim estabelecido e para nossa maior desgraça a zona de lazer, marina e praia fluvial de Penedones com um investimento previsto de 1.050.000€ e subsidiada pelo QREN em 787.500€ possivelmente vai ficar para as calendas gregas. Montalegre, 1 de Setembro de 2009. Assinado, Acácio Gonçalves.”

O deputado Ricardo Moura disse que foi sempre contra as obras feitas em anos eleitorais pois é criar problemas às Juntas de Freguesia e aos próprios munícipes. Disse que entende que a Câmara Municipal exija que as pessoas cumpram com os seus deveres e as suas obrigações, pois há muita gente que quis usufruir do saneamento mas depois da obra feita, ninguém quer pagar. Disse que este tipo de obra deve ser feita de uma só vez, mas para isso tem que haver interessados nessa mesma obra. Se só vêm quando a conduta está feita, vai ter que se rebentar a rua novamente para se satisfazer novo pedido e a obra nunca fica concluída.

Sobre o protocolo com a COAGRIMONTE, disse que já foi explicado que não pode ou não deve ser a Câmara a entregar directamente esse dinheiro aos agricultores. Deve passar por uma associação e essa associação é que faz chegar o dinheiro aos agricultores. E ainda há dias ouviu a um agricultor de Salto, que tem mais de 100 cabeças de gado, que tem sido cumprido o protocolo e tem recebido o dinheiro. Daqui a pouco tempo vamos ver se os agricultores estão contentes ou não com este protocolo.

Quanto ao ordenamento das barragens, disse que tem bem presente que quando alguém se lembrava de ir tomar banho naquelas águas, havia mortes por afogamento. Se para evitar isto, há necessidade de ordenamento, que se faça.

O deputado Francisco Surreira, sobre o negócio das águas, disse que a Câmara não teve o cuidado de chamar os Presidentes da Junta da bacia do Alto Rabagão e do Cávado, sendo estes os responsáveis máximos pelas pessoas que elegeram este executivo.

Disse que quando foram construídas as barragens, os terrenos foram pagos e neste momento, numa área de 500 a 1000 metros, não podem utilizar os

terrenos sendo sujeitos a contra ordenações que podem ir dos 1.000 aos 1.500 euros.

Disse que os agricultores ficam sem ter rendimento máximo das suas propriedades e ninguém lhes paga nada e não houve nenhum Presidente da Junta que se manifestasse contra a Câmara.

O deputado Jorge Fernandes agradeceu a colocação do tapete no Alto Fontão uma vez que já o havia pedido há 5 anos.

Falou sobre o transporte dos alunos e disse que foi aberto um caminho no Cortiço para se facilitar esse transporte e pede que este seja alcatroado.

Disse que na Sra. dos Galegos há esculturas antropomórficas que estão bem sinalizadas só que no inverno os carros não conseguem ir lá. Pediu a colocação de touvenant.

O deputado Paulo Cruz falou sobre as actividades interditas nas albufeiras e disse que, no art.º 17 do Dec. Lei anteriormente referido, em lado nenhum está escrito que é proibido pescar ou nadar. Apenas diz que é proibido pescar ou nadar na zona de captação de água pois temos que ter cuidados com a saúde. Quando a água foi transferida para a empresa Águas de Trás-os-Montes temos que ter em conta as contrapartidas que obtivemos, nomeadamente a ETAR e o saneamento em algumas aldeias e é leviano dizer que não foram defendidos os interesses do concelho.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que também tem paixão por alguns fundamentalismos e é daqueles que defende que o povo só aprende quando leva algumas chicotadas. Tem diminuído a sinistralidade nas estradas pois passou a haver um maior controle.

No que respeita à questão da água e quando se diz que a água é cara, disse que defende que a água é muito barata e que deve ser substancialmente agravada no seu preço. Não só porque o preço tem que reflectir os custos que a água tem para que chegue às nossas casas com a qualidade que a União Europeia impõe, mas sobretudo pela falta de respeito com que todos os dias olhamos para a torneira aberta sem termos consciência de que para ela estar ali leva muitas voltas. Pela história, sabemos que as guerras que a água deu e vendo as alterações climáticas, é urgente que se veja a água como um bem essencial à vida.

Deu os parabéns ao deputado Acácio Gonçalves pela visão futurista que teve em relação ao negócio das águas, mas também é certo que a água tem hoje outras exigências que têm que ser cumpridas pois a União Europeia não perdoa.

Falou dos carvalhais e da sua destruição. Ninguém fala disto mas trata-se de um flagelo pois, para além da destruição feita pelos madeireiros, há uma infestação que destrói por completo as árvores. Disse que pediu intervenção e estudo à UTAD e esta, vergonhosamente, nem respondeu, nem veio ao terreno, nem se preocupou ou o problema está a ser equacionado a outros níveis. Sobre o caminho para a Sra. dos Galegos disse que se há coisas que o repugnam, uma delas é ver caminhos alcatroados abertos pelo monte.

Disse que a barragem do Alto Cávado é uma barragem condicionada e não protegida. Sobre o saneamento de Ferral, disse que no momento há 16 aderentes e o saneamento é para ser feito.

Sobre a questão do saneamento, levantada pela deputada Guilhermina Costa, disse que não cabe na cabeça de ninguém que a Câmara se vai financiar previamente para avançar com a obra. Esse dinheiro não chega para nada. Não é isso que vai determinar a execução física da obra. Trata-se, sim, de uma estratégia que, poderá não ser aceite por alguns, mas é a recomendada. Muitas vezes as pessoas querem o serviço, mas não querem pagá-lo.

Sobre as questões da COAGRIMONTE, disse que concorda que aos deputados se lhes deve satisfazer os pedidos de informação e que transmitirá isso ao Senhor Presidente da Câmara.

Sobre o plano de ordenamento da albufeira do Alto Rabagão, está em execução e para a semana vai realizar-se uma reunião na Câmara, onde estarão presentes todos os membros da Comissão de Acompanhamento e sendo este um plano específico para um zona específica vai colmatar, vai atenuar, vai abrir espaço para que muitas restrições fundamentalistas sejam moderadas. Disse ainda que nos devíamos regozijar pelo facto das barragens serem protegidas. É mentira que não se pode tomar banho. Vai ser proibido tomar banho na zona de captação de águas da barragem em respeito pelos órgãos de segurança e utilização da albufeira pois é uma zona perigosa mas esta área irá ser delimitada com bóias sinalizadoras.

Disse que as autoridades estão a intervir junto dos campistas selvagens, junto dos barcos e na pesca e muito bem. Neste momento a lei está em vigor e por isso, o gado não pode ir beber água à barragem, nos 100 metros de protecção é proibido fazer o que quer que seja, no entanto a zona terrestre de protecção pode ser inferior aos 500 metros. São coisas que estão na lei e que temos que nos sujeitar a elas. O plano de ordenamento foi feito há 7 anos e entregue ao INAG a quem lhe cabia a responsabilidade de lhe dar os retoques finais e este reteve o plano até 2009. A Câmara não teve culpa nenhuma neste atraso e agora quando a CCDR retoma o processo viu-se que este já está pago e que o INAG entregou o processo à empresa Quatrenaire que o está a concluir. Por isso não houve inactividade por parte da Câmara.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Ricardo Moura, Francisco Surreira, Acácio Gonçalves e Teixeira Gomes.

A deputada Guilhermina Costa disse que nunca o Senhor Presidente da Câmara disse que os 200 mil euros eram para pagar o saneamento do gado. O que o Presidente da Câmara diz é que o dinheiro é para formação e promoção dos produtos. A ideia do saneamento dos animais era uma ideia do PSD de há quatro anos. Só que a Câmara comete sempre o mesmo erro, pega nas ideias mas não as sabe executar. Mais uma vez é o executivo com comportamentos e atitudes pouco democratas.

Sobre as albufeiras, disse que concorda que deve haver prevenção. Devem-se ter cuidados ambientais e proteger o nosso património, nomeadamente a água mas nada de cair em extremos e exageros. Disse que o Dec. Lei em vigor, enquanto o plano de ordenamento não for concluído, é aplicável. Por isso, é

proibido tomar banho. Lamenta que o Município de Montalegre permita que a entidade responsável pela elaboração do plano esteja há sete anos para o fazer. Disse que o negócio das águas é um negócio mal feito. Para a empresa é bom, mas para Montalegre não é.

O deputado Ricardo Moura perguntou à deputada Guilhermina Costa se é surda ou se se faz de surda. Disse que sabe que surda que não é e também a considera uma pessoa atenta. Relembrou que há quatro anos a Câmara, quando se apresentou ao eleitorado, disse que iria dar 200 mil euros à ADS para que estes o fizessem chegar aos agricultores, fazendo a sanidade animal. Disse que sabe que o PSD quer que toda a gente diga que esse dinheiro vai para o Eng. Justo e para a Cooperativa, mas na realidade toda a gente sabe que o dinheiro é para a ADS e para os agricultores.

Esta Câmara promete e cumpre e o protocolo teve que passar pela ADS pois a Câmara não o podia fazer directamente.

Disse que os socialistas também sabem que o PSD tentou tudo por tudo para meter medo ao Eng.º Justo para que não assinasse o protocolo.

O deputado Francisco Surreira disse que as palavras que vai proferir vão ser inconvenientes mas as verdades têm que ser ditas. Em relação ao protocolo, disse que o primeiro partido a ter essa ideia foi o PSD e quem tentou impugnar o protocolo foi um deputado do partido Comunista e não do PSD. O esclarecimento que a deputada Guilhermina Costa pede é para se saber porque é que os funcionários estão sem receber há 7 meses se o protocolo está a ser cumprido.

Sobre a qualidade da água, disse que até o Presidente da Assembleia deve duvidar da sua qualidade pois, como ele, também vai buscar água à fonte. Sobre a lei de protecção das albufeiras, disse que algumas vacas que atravessaram a barragem de Morgade, quando esta estava baixa, nunca mais o podem fazer e isso traduz que o agricultor, para levar as vacas pela estrada principal, tem que percorrer um trajecto de uma hora e meia.

Perguntou quem paga os prejuízos para compensar as obras impostas aos agricultores que têm animais a menos de 500 metros da albufeira.

O deputado Acácio Gonçalves propôs que se desse outro subsídio à Cooperativa para limpar o Centro de Formação de Criande pois é a vergonha das vergonhas. O bem é de todos e não se pedem responsabilidades, para não falar do perigo que o edifício constitui pois a vegetação já tapa as janelas.

O deputado Teixeira Gomes disse que o protocolo com a Cooperativa foi um espinho cravado nesta assembleia e relativamente à apreciação da Cooperativa, esta instituição é um falhanço total. A Cooperativa e o Matadouro estão na falência e por isso é legítimo que os deputados perguntem. Só não percebe é porque é que o PSD não pede uma auditoria às contas.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que não sabia que tinha sido o PSD a propor que a Câmara suportasse as despesas com a sanidade animal. Mas

não percebe o mal em o PS ter avançado com este projecto, pois logo de seguida, andavam a circular papéis e denúncias públicas que atrasaram e impediram que o protocolo entrasse em vigência até ter que ser reformulado e nessa reformulação é que estão as respostas às questões colocadas. Sobre a questão dos banhos na albufeira, disse que se alguém for autuado por colocar os pés na água é óbvio que a coima morre à nascença. Não chega a ser aplicada pois a lei fala em delimitações e estas não existem. Sobre o plano de ordenamento, disse que toda a gente se deve penalizar pelo consentimento de vivermos de costas viradas para a barragem dos Pisões ignorando que está ali uma fileira, uma âncora de desenvolvimento turístico para a região. Disse que a Câmara, há uns 5 ou 6 anos, pediu a concessão para fazer a gestão da pesca em colaboração com a Juntas de Freguesia e nunca se obteve resposta.

Disse que pegou no plano de ordenamento em Janeiro, estava a cartografia toda feita e sai a nova lei que alterou tudo: a área reservada passa dos 50 para os 100 metros; no entanto, estão consagrados no plano os núcleos de desenvolvimento turístico, designados numericamente e nestes núcleos estão designados ancoradouros onde é possível fazer marinas, golf e tomar banho. Mas tudo isto será feito com regras.

Disse que sempre foi um homem sem medos e felicitou o deputado Francisco Surreira porque durante tantos anos escondeu muita coisa e decidiu agora levantar um pouco do véu. Louva a sua coragem em pedir esclarecimentos, mas diz que não há nada a esconder. O dinheiro é gasto na sanidade animal.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que a obra do Centro Escolar está a ser feita por uma empresa de Chaves e sugere à Câmara que tenha mais cuidado ao estabelecer os critérios, fazendo uma selecção mais cuidada. Disse que nos apoios concedidos às várias associações e Juntas de Freguesia vemos um grande volume para estagiários. Pelo que ouviu dizer, estes estagiários são uma forma de dar dinheiro às pessoas pois estágio não lhe parece que façam. E isto é um desperdício de recursos, pois se há essa possibilidade que se financiem estágios estruturados e que as pessoas aprendam uma actividade.

O Senhor Vice-presidente da Câmara admitiu que haverá formas mais produtivas de aplicar o dinheiro, no entanto a Câmara sente o desespero dos

jovens e dos seus pais que tanto dinheiro investiram nos seus filhos. A nossa economia não absorve toda a massa cinzenta que sai das universidades e os estágios servem para que os estagiários comecem a ter a sua independência e a ambicionar um futuro melhor. Terminou dizendo que os estagiários não são só socialistas.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Aproveitamento Hidroeléctrico de Outeiro na área da freguesia de Fiães do Rio / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroeléctrica do Centro, Lda.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, Paulo Cruz e Guilhermina Costa.

O deputado Manuel Duarte disse que é de opinião que se aproveitem todos os recursos do concelho e não são demais, mas já anteriormente manifestou o seu descontentamento pelo facto das Juntas de Freguesia verem implantados nos seus terrenos parques eólicos e hídricos sem receberem contrapartidas nenhuma. Diz que sabe que a EHATB tem milhares de lucro e não sabe como são distribuídos. Possivelmente são distribuídos pelos municípios, mas as juntas também deveriam ser contempladas. Disse que vai organizar uma reunião com todos os Presidentes de Junta e vão fazer valer os seus direitos pois acha que estão a ser altamente lesados neste domínio.

O deputado Paulo Cruz disse que partilha da opinião do deputado Manuel Duarte. Disse que este tipo de captações deveriam ser instaladas no leito do rio e segundo o que lhe pareceu vai haver um desvio do leito. Espero que isto esteja previsto no estudo de impacto ambiental para que não impeça a passagem dos peixes, impedindo a desova e conseqüentemente a morte da vida aquática nos nossos rios.

A deputada Guilhermina Costa disse que lhe parece que os conselhos directivos e as juntas de freguesia não estão preparados para lidar com as empresas e especuladores que vão fazer os contratos de exploração dos baldios ou compra dos terrenos para a captação de energias renováveis. Por isso, sugeriu que a Câmara criasse um serviço de apoio às Juntas e Conselhos Directivos para os ajudar nesta negociação. Para que estes saibam quais os seus direitos pois é na altura da negociação que as juntas podem exigir aquilo a quem têm direito.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que a CCDR exige que a Assembleia Municipal e a Câmara considerem e reconheçam estes investimentos como sendo de interesse municipal pois hoje em dia ter acesso a energias limpas e uma das maiores riquezas que o concelho como Montalegre pode ter. Disse ainda que é óbvio que o Município tem lucro pois 2,5% da produção é para o Município.

4.3 – Aproveitamento Hidroelétrico de Arieiro, na área da freguesia de Covêlo do Gerês / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroelétrica do Centro, Lda.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

4.4 – Parque Eólico de Lomba do Vale, Lomba do Vale, Salto / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Eólica dos Candeeiros – Parque Eólico, Lda.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

4.5 – Aproveitamento Hidroelétrico de Assureira, na área da freguesia de Vilar de Perdizes / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse municipal / Requerente: Hidroelétrica do Centro, Lda.

O Senhor vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 da Agenda de Trabalhos fossem votados em conjunto. A Assembleia Municipal aceitou esta proposta por unanimidade.

Deliberação: Os pontos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 da Agenda de Trabalhos foram Aprovados por unanimidade.

4.6 - Revisão aos Documentos Previsionais / 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa/ 2ª Revisão ao Plano Actividades Municipais / 2ª Revisão ao Plano Plurianual Investimentos.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2009, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2010.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa e José Manuel Teixeira Gomes.

A deputada Guilhermina Costa disse que, como cidadãos do interior do país, queixosos por não haver investidores, deveríamos pensar na não aplicação desta taxa. Qualquer empresa que pense instalar-se em Montalegre tem mais este encargo para ponderar.

Relembrou que todos os municípios do interior estão a esforçar-se por captar novos investidores, mas Montalegre afugenta-os com este tipo de taxas, as quais, em termos de receita, nada representam.

Por este motivo vota contra a aplicação desta taxa.

O deputado Teixeira Gomes disse que não concorda nem com o vice-presidente, nem com a deputada Guilhermina Costa pois se esta taxa da derrama se aplica sobre os bancos e grandes empresas, como é o caso das eólicas, porque não aumentar a taxa. E não é esta taxa que impediria as empresas de se fixarem cá porque a Câmara tem possibilidade de oferecer outras benesses para as empresas que se queiram cá fixar, criando um regime de excepções à lei da Derrama ou oferecendo terrenos. Por isso, a sua proposta é que a derrama seja aumentada para irmos buscar dinheiro a quem o tem.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que são estratégias, mas se a Câmara tivesse a certeza de que a não aplicação da derrama ou a não arrecadação desta miserável receita traria investidores para Montalegre, acabava-se já com ela. Mas temos o exemplo de concelhos vizinhos em que a não aplicação desta tributação não lhe trouxe nenhum investidor. São leituras diferentes que se devem respeitar.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com sete votos contra e cinco abstenções.

4.8 – Proposta de fixação, para o ano de 2010, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte e Guilhermina Costa.

O deputado Manuel Duarte perguntou quem é que paga esta taxa, se são os utentes ou se são as empresas. Disse que não lhe parece que seja muito cordial que um prédio tenha 5 postos de telefone e ainda por cima tenha que pagar a taxa.

A deputada Guilhermina Costa disse que se está a atribuir uma taxa para os direitos de passagem, a passagem é no território do concelho e a receita deve ser nossa e suportada pela empresa.



O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que é uma lei imposta pela Associação de Municípios que tem que ser cumprida. Disse ainda que hoje em dia os serviços têm que ser todos pagos.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com 10 abstenções.

4.9 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2010.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Francisco Surreira, José Manuel Teixeira Gomes e Ricardo Moura.

A deputada Guilhermina Costa propôs que sejam revistos os coeficientes de localização porque são criadas injustiças na atribuição do valor patrimonial.

O deputado Francisco Surreira disse que as aldeias do concelho de Montalegre estão a ser descaracterizadas. Perguntou se não seria oportuno aproveitar o IMI para castigar as pessoas que têm casas em ruínas que não as vendem, pedindo valores exorbitantes. Nestes casos o IMI deveria ser aplicado no valor que os proprietários pedem pela casa ou então entregar a casa á Câmara para que seja demolida.

O deputado Teixeira Gomes disse que a Câmara devia estudar a possibilidade de todas as casas não habitadas e degradadas pagarem mais IMI para que as pessoas vendam ou façam obras.

O deputado Ricardo Moura disse que o problema das casas velhas vive-se em todo o concelho. Lançou o desafio para quem quiser investir em Padornelos para ir ter com ele pois ele é mandatado para vender 20 casas a bons preços e não especulativos.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que o problema das casas velhas é uma questão que não é fácil senão já se teria resolvido não só aqui, mas também em Lisboa e no Porto. Disse que a Câmara já entrou em contacto, em parceria com as finanças, com os proprietários, mas há pouco receptividade.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com nove votos contra e quatro abstenções.

4.10 - Proposta de Alteração de Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, para efeitos do disposto no artigo 5º da lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com oito abstenções.

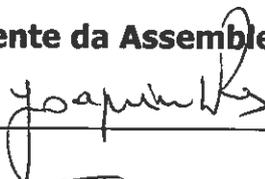
5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



O 1º Secretário



O 2º Secretário

